

DESINDUSTRIALIZAÇÃO? UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE BRASIL E PARANÁ.

Fábio Dória Scatolin¹
Márcio José Vargas da Cruz²
Gabriel Porcile³
Luciano Nakabashi⁴

RESUMO

Este artigo trata das evidências do processo de desindustrialização na economia brasileira, comparando-o com a economia paranaense. O estudo mostra a perda de representatividade da indústria de transformação no valor agregado e na composição ocupacional ao longo dos últimos anos, discutindo as possíveis causas e efeitos no longo prazo. Observa-se, em particular, uma diferente dinâmica deste processo entre o Brasil e o caso específico do Paraná, o que reflete a intensa mudança da estrutura produtiva paranaense ocorrida ao longo da década de 1990.

ABSTRACT

This paper discusses the empirical evidence on deindustrialization in Brazil, which is compared with the case of Parana. The study suggests that the participation of industry has fallen in Brazil, and discusses the implications of this trend for long run growth. On the other hand, a different trend is observed in the case of Parana, reflecting the process of structural change that took place in this state in the nineties.

PALAVRAS CHAVES: Desindustrialização; Indústria; Desenvolvimento econômico;

KEY WORDS: Deindustrialization; Industry; Economic Development.

¹ Doutor em Economia pela University of London. Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná (UFPR). - scatolin@ufpr.br.

Rua Prefeito Lothário Meissner, 632 – térreo, Bairro Jardim Botânico, CEP:80210-170, Curitiba-PR
Fone: (41) 3360-4350

² Mestre em Economia pela Universidade Federal do Paraná. Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná (UFPR) - marciocruz@ufpr.br

³ Doutor em História Econômica pela London School of Economics. Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Pesquisador do CNPq - porcile@uol.com.br

⁴ Doutor em Economia pelo CEDEPLAR/UFMG. Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná (UFPR) - luciano.nakabashi@ufpr.br

1 – Introdução

Neste trabalho se define desindustrialização como a perda persistente de participação da indústria no valor adicionado e no emprego de um país. Esse processo não tem, em princípio, nenhuma implicação positiva ou negativa para o bem-estar. Suas implicações dependem do que acontece com o emprego e a produtividade tanto na indústria como nos outros setores da economia. Se a perda de empregos industriais resulta dos ganhos de produtividade no setor e, além disso, tem como contrapartida a geração de empregos de produtividade elevada em outros setores, então as mudanças são o resultado natural da dinâmica do progresso técnico e da demanda no desenvolvimento econômico. Argumenta-se, no entanto, que no caso brasileiro, como em outros países da América Latina, a desindustrialização tem outras causas. Por um lado, a produtividade na indústria brasileira tem aumentado menos do que nas economias desenvolvidas. Por outro lado, ela tem sido acompanhada pela criação de empregos de baixa produtividade no setor terciário. Essas razões sugerem que o tema da desindustrialização tem no Brasil traços preocupantes, diferentes aos das economias desenvolvidas. De uma forma mais precisa, a desindustrialização é apenas parte de uma questão chave em teoria do desenvolvimento, a saber, a direção e intensidade da mudança estrutural. Neste último caso é necessário analisar não apenas o que acontece com a indústria em termos agregados, mas com as mudanças nos ramos da própria indústria. No entanto, essa análise escaparia aos objetivos, mais modestos, deste artigo⁵.

Embora existam evidências de um processo de desindustrialização no Brasil já a partir de meados dos anos 80, apenas recentemente alguns estudiosos começaram a tratar o assunto com mais profundidade. Alguns trabalhos importantes nesse sentido são FEIJÓ et al. (2005) (em relatório preparado para o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, IEDI), UNCTAD (2003) e PALMA (2005), que apresentam evidências de que o Brasil estaria mudando sua estrutura produtiva, com a indústria de transformação perdendo participação no emprego e no PIB. Resultados semelhantes foram encontrados por Scatolin, Porcile e Castro (2006). Outros países da América Latina parecem sofrer do mesmo problema. Por exemplo, no Chile, os altos preços do cobre levaram recentemente a uma queda muito forte do dólar, com prejuízos para um conjunto amplo de atividades exportadoras. Esse processo tem

⁵ Sobre esse tema ver Cimoli et al (2005) e Peneder (2002).

comprometido a competitividade (e a viabilidade) de alguns setores, o que poderia afetar negativamente a indústria e o crescimento no longo prazo.

Conforme ROWHTORN (1997) observa, a desindustrialização dos países avançados é a consequência natural do dinamismo industrial daqueles países. Seus determinantes estão relacionados sobre todo com o aumento de produtividade, e não à perda de competitividade da indústria, a pesar do impacto da concorrência dos manufaturados asiáticos. Quando a desindustrialização se explica em grande medida pelo dinamismo da produtividade, ela se associa ao aumento do emprego de alta produtividade e elevada qualificação da mão-de-obra em outros setores da economia. Trata-se de um processo virtuoso, natural, de mudança estrutural no desenvolvimento de uma economia (ROWTHORN e RAMASWAMY, 1999).

Esse não é o caso da América Latina. PALMA (2005) observa que alguns países da América Latina como Brasil, Argentina, Chile e Uruguai, por razões diferentes dos países avançados, começaram a se desindustrializar rapidamente nos anos oitenta, apesar de que suas rendas *per capita* eram muito mais baixas em relação à dos países avançados no momento em que esses últimos começaram um processo similar. Esta especificidade latino-americana teria mais relações de causa e efeito com a política macroeconômica do período do que com os determinantes da desindustrialização nos países avançados. Devido a essas especificidades, esse grupo de países estaria passando por uma desindustrialização precoce, fruto da debilidade de sua base industrial e tecnológica, combinada com fenômenos do tipo “doença holandesa”.

Palma (2005) sugere que esse fenômeno está se agudizando devido a uma súbita mudança na política econômica, em particular a rápida liberalização comercial e financeira, o fim das políticas industriais e comerciais. Isso tem gerado mudanças nos preços relativos, na taxa de câmbio, na estrutura institucional e, portanto, no conjunto de estímulos que orientam as decisões econômicas dos agentes. Na década de 90, Bresser-Pereira e Nakano (2003) chamam a atenção para os efeitos deletérios sobre a economia da decisão brasileira em se optar pelo crescimento com poupança externa, deixando o país mais vulnerável a choques externos e, desse modo, prejudicando o crescimento econômico. Recentemente, Mendonça de Barros (2006) e Nakano (2005) ressaltam que a valorização cambial recente, que reflete o auge internacional no comércio de algumas *commodities*, tem influenciado negativamente o setor industrial do país.

No entanto, não há consenso com relação à possível existência de desindustrialização precoce no Brasil. A Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (FIERGS, 2006) apresenta dados que mostram uma significativa queda da participação do emprego na indústria de transformação no total da economia a partir dos anos 90, saindo de um patamar de 23,55%, em 1990, para 18,33%, em 2005. No entanto, ela ressalta que no período 1998-2005 essa participação permaneceu praticamente constante. Assim, a última onda de valorização cambial não teria um processo de desindustrialização. Cabe ressaltar, porém, que a FIERGS reconhece a existência de mudanças na participação relativa de cada sub-setor da indústria. Ela ressalta a perda de participação no PIB da indústria do fumo, de produtos de metal, de edição, reprodução e impressão de gravações, máquinas para escritório e equipamentos de informática, artigos de vestuário e acessórios, material eletrônico e aparelhos e equipamentos de comunicação. (amigos, sugiro **tirar** a parte em amarelo, porque não se vincula especificamente ao que se está discutindo). Nassif (2006) faz uma análise do impacto da abertura comercial e da valorização cambial sobre a estrutura de investimentos realizados na indústria brasileira e sobre a composição de seu valor adicionado⁶ no período 1996-2004. O autor constata a existência de um aumento da participação relativa do segmento baseado em recursos naturais, tanto nos investimentos como no valor adicionado da indústria brasileira (com redução ou estagnação nos demais setores). Todavia, ele sugere que as evidências não conduzem à conclusão de que a mudança estrutural estaria levando o país a se concentrar em atividades nas quais a competitividade depende de recursos.

O presente trabalho discute a existência ou não de desindustrialização no Brasil a partir de algumas evidências empíricas, além de ser realizada uma comparação com o mesmo fenômeno no estado do Paraná. Essa comparação é importante, já que é possível que os estados tenham diferentes reações às mesmas políticas macroeconômicas e às mesmas condições internacionais. Isso, por sua vez, pode-se explicar por diferenças entre as estruturas produtivas dos estados ou, por políticas industriais estaduais diferenciadas. Assim, o presente estudo se propõe analisar a trajetória do desempenho industrial entre o Brasil e o Paraná e fornecer uma explicação para as diferenças existente entre elas. Com esse objetivo, dois indicadores foram considerados: *i*) a evolução da indústria de transformação como percentagem do PIB; *ii*) a participação do emprego na indústria de transformação como

⁶ O artigo classifica os setores industriais segundo a intensidade no uso de: 1) recursos naturais; 2) trabalho; 3) escala; 4) diferenciação; e 5) ciência.

percentagem do emprego total. Como já foi mencionado, considera-se que existe desindustrialização se os indicadores anteriores diminuem no longo ou médio prazo.

O artigo consta de duas seções, além desta introdução e dos comentários finais. Na seção 1 apresentam-se as evidências empíricas sobre o fenômeno da desindustrialização no Brasil e se faz uma discussão sobre suas implicações. Na seção 2 é realizada uma comparação com o caso paranaense e são apontados possíveis fatores explicativos da diferença na evolução da estrutura de emprego industrial e do valor adicionado industrial entre as duas unidades geográficas.

2 – Evidências da “desindustrialização” no Brasil

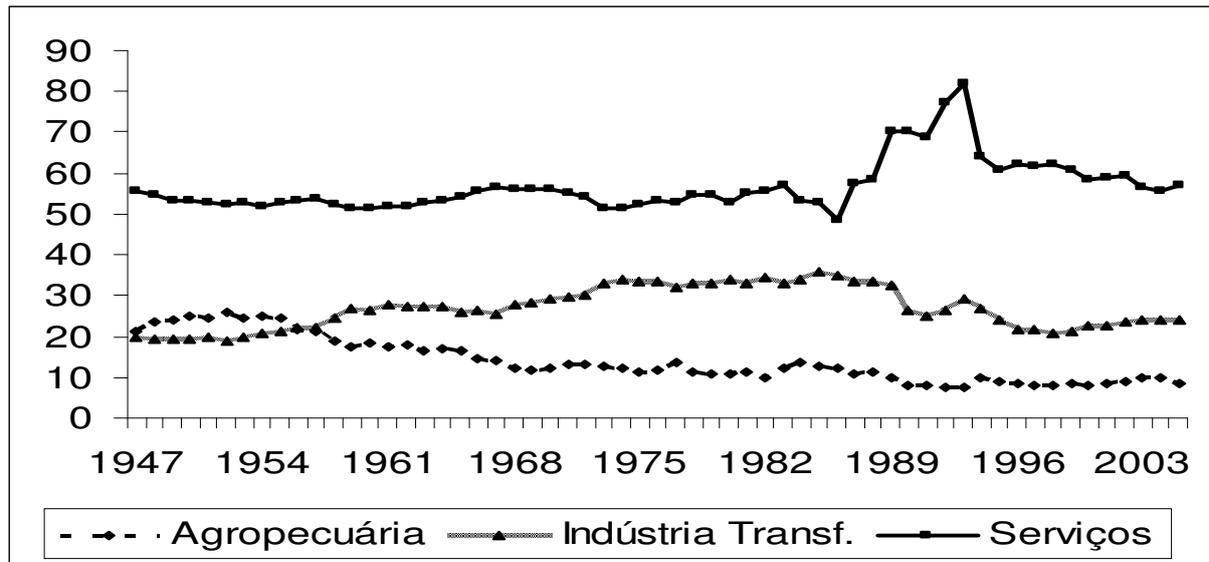
O movimento intersetorial de mudança na estrutura de emprego remete a Kaldor e seus clássicos “fatos estilizados”. Segundo esta concepção, a estrutura de emprego muda ao longo do processo de desenvolvimento econômico. Primeiro, ocorre a diminuição do nível de emprego no setor agrícola como resposta ao aumento da produtividade nesse setor. A mão-de-obra excedente do setor primário é transferida para o setor industrial e de serviços. Segundo, a participação do setor serviços no emprego tende a aumentar à medida que este absorve o contingente de mão-de-obra liberado pelos aumentos de produtividade na indústria. Neste processo, a indústria inicialmente ganha participação no emprego total, mas ela posteriormente se estabiliza e tende, numa fase final, a diminuir.

Uma primeira observação sobre a participação percentual do valor adicionado dos setores no PIB brasileiro, na segunda metade do século XX, revela, de um lado, a queda persistente na participação do setor agropecuário, que representava 25% do total do PIB, em 1950, passando para apenas 8%, em 2000. Por outro lado, no mesmo período, a indústria de transformação teve uma participação crescente até 1985 (passando de 19%, em 1950 a 36%, em 1985), para em seguida apresentar uma redução, chegando a representar apenas 22% do PIB em 2000. Por fim, o setor terciário apresenta aumento sua participação ao longo da mesma série histórica, apesar de algumas oscilações relevantes, passando de 53%, em 1950, para 58,5%, em 2000.

Observando a série apresentada no Gráfico 1 abaixo, percebe-se que a participação do setor de transformação industrial no valor adicionado total, a despeito de uma certa estabilidade entre 1950 e 2000, sofreu profundas transformações ao longo do período, com dois sub-períodos bastante distintos. O primeiro, que vai de 1950 a 1985, apresenta uma

crecente participação da indústria de transformação, ganhando 16,5 pontos em 35 anos. Esses são os anos de auge do processo de industrialização substitutiva no Brasil. Pode-se identificar um segundo sub-período, que vai de 1985 a 2000, onde a participação da indústria cai 13,4 pontos em 15 anos.

GRÁFICO 1. PARTICIPAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS SETORES DA ECONOMIA NO PIB BRASILEIRO NO PERÍODO 1947- 2004



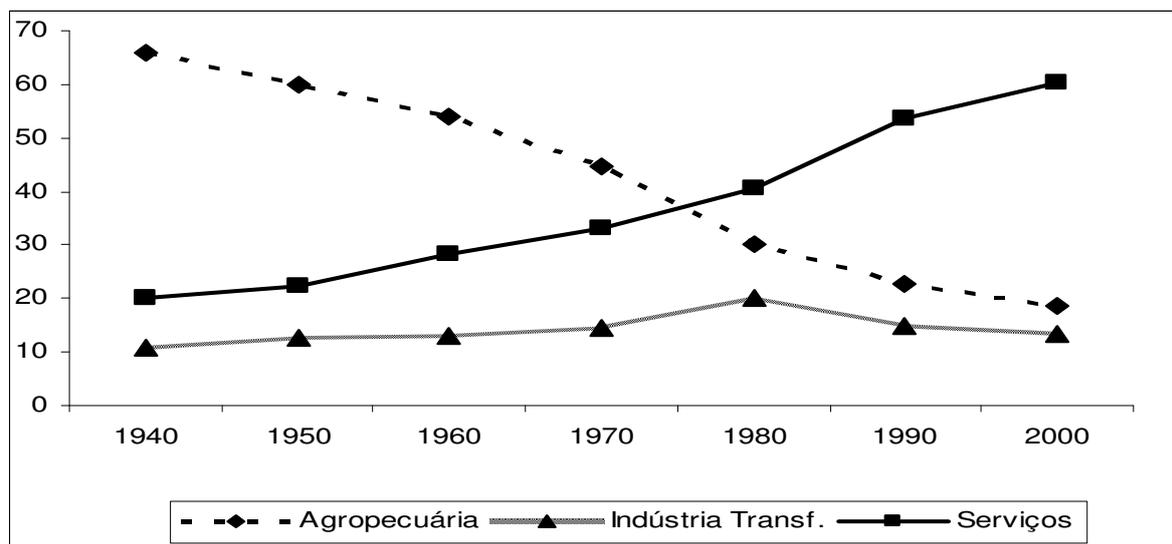
Fonte: IBGE

Uma segunda fonte importante de informações para a análise do processo de desindustrialização são os dados de emprego e de participações dos diversos setores no emprego total. Na verdade, autores como ROWHTORN (1997) e PALMA (2005) utilizam basicamente informações de emprego para suas análises do processo de desindustrialização nas diversas economias. No caso brasileiro, as principais informações referentes à mão de obra e emprego são as produzidas pelo IBGE e pelo Ministério do Trabalho através da RAIS e CAGED. Essas são as fontes de dados usadas na discussão a seguir.

Uma primeira fonte são os dados da população economicamente ativa dos diversos setores da economia obtidos através dos censos demográficos. Pelo Gráfico 2, podemos visualizar o processo de transformação da base produtiva do país entre 1940 e 2000. No período, ocorreu uma perda contínua e significativa do peso do setor agropecuário na economia, enquanto pode se dizer o oposto do setor de serviços. A evolução da participação da indústria de transformação na População Economicamente Ativa (PEA) total mostra uma

tendência crescente até meados dos anos 80 e uma redução consistente desde então, estando de acordo com os “fatos estilizados” de Kaldor. A perda de empregos na indústria é mais intensa entre 1980 e 2000, pero continua a uma taxa menos pronunciada posteriormente.

GRÁFICO 2. PARTICIPAÇÃO DA PEA DOS DIFERENTES SETORES NA PEA TOTAL.



Fonte: IBGE/Censos Demográficos.

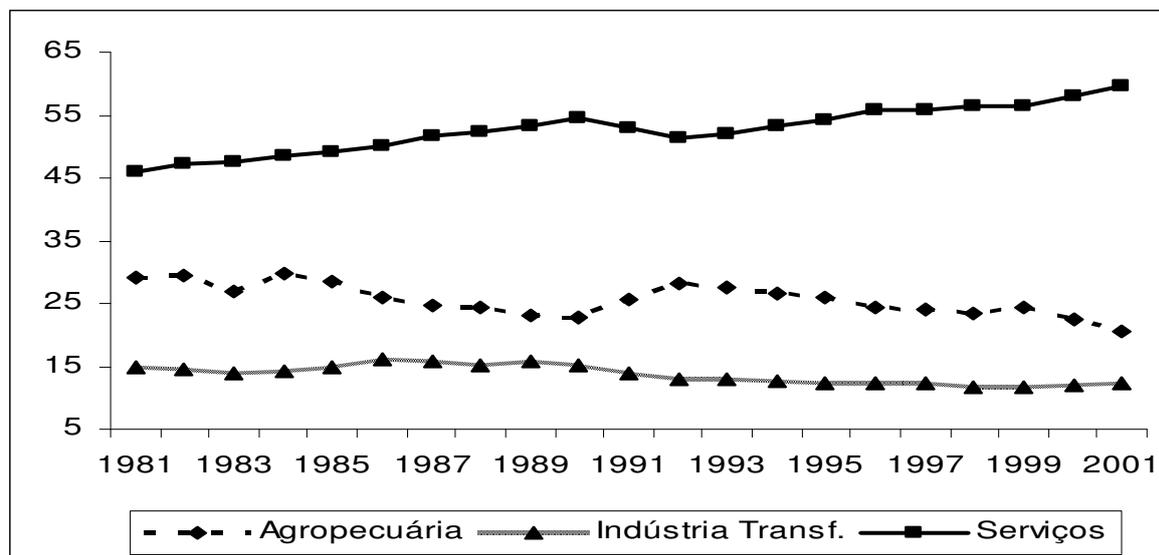
Utilizando dados da PEA, pode-se dizer, então, que o país passou por um importante processo migratório de trabalhadores do setor agrícola para a indústria de transformação e serviços até meados nos anos 80 e que, após esse período, o setor de serviços passou a absorver mão de obra de ambos os setores anteriormente mencionados. Esses dados da PEA corroboram com a existência do fenômeno de desindustrialização a partir de meados dos anos 80, nos termos da definição seguida neste trabalho.

Uma segunda fonte são os dados da PNAD, que captam a oferta de mão de obra total (formal e informal) da economia brasileira e a participação dos setores, em especial a participação da indústria de transformação na oferta total de mão de obra. São estes dados que a OIT (Organização Internacional do Trabalho) disponibiliza na sua página na internet e utiliza em comparações internacionais⁷. Observando a evolução da oferta de mão de obra na Indústria de Transformação, como percentagem da oferta total, pode-se verificar um

⁷ No site da OIT, a série disponibilizada vai de 1981 a 2002. Já no caso do IBGE, estão a disposição para consulta no site apenas os dados a partir de 1992

crescimento em sua participação entre 1981 e 1986, de 14,97% para 16,21%, e uma redução de 4,66 pontos entre 1986 e 1999, atingindo 11,55% naquele ano (ver Gráfico 3).

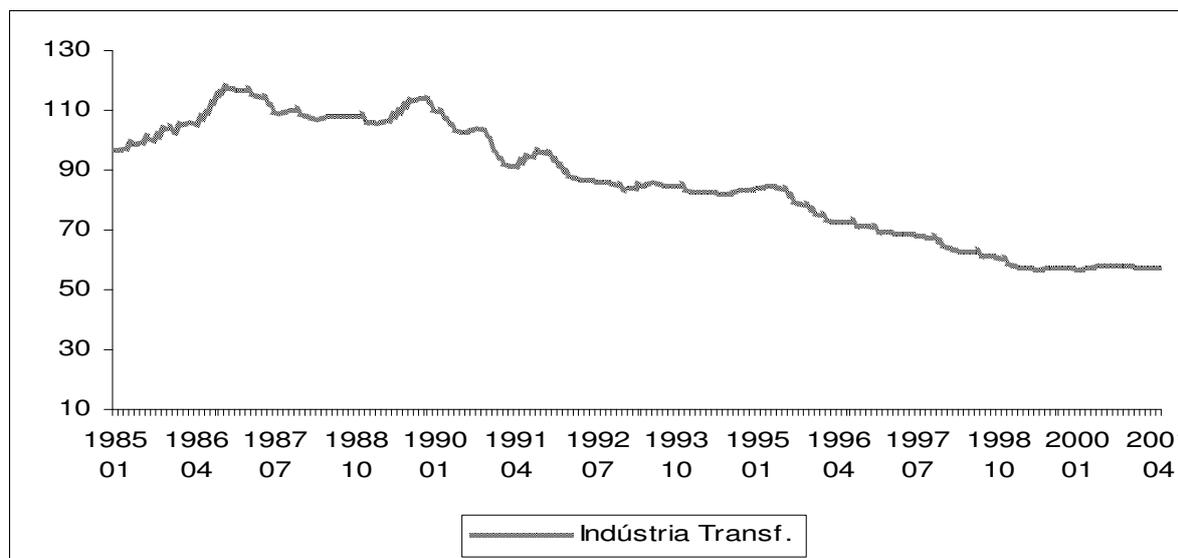
GRÁFICO 3. PARTICIPAÇÃO DA PEA POR SETORES DA ECONOMIA BRASILEIRA (%) NO PERÍODO 1981 - 2004 (OIT-IBGE/PNAD)



Fonte: PNAD/OIT.

Uma terceira fonte de dados sobre a mão de obra e emprego da economia brasileira é obtida com dados da Pesquisa Mensal do Emprego (PIM-DG) produzida pelo IBGE, entre 1985 e 2001. Esta pesquisa mede o total de pessoas em atividade na produção (horistas e mensalistas), que exerciam atividades técnico-produtivas diretamente ligadas ao processo de produção, com vínculo empregatício ou contrato de trabalho temporário na empresa. Infelizmente, esta pesquisa foi interrompida em junho de 2001, sendo substituída pela Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (PIMES). No entanto, os dados da pesquisa para o período 1985 a 2001 mostram fortes evidências quanto à queda da ocupação de mão-de-obra na indústria brasileira. O índice parte de 100 em 1985, cresce atingindo o valor 117 até o final de 1986 e, a partir deste momento, cai durante todo o período, até ser de apenas 57 em janeiro de 2000. Assim, há uma redução de mais da metade da população ocupada entre 1986 e 2000 (ver Gráfico 4).

GRÁFICO 4. ÍNDICE DE PESSOAL OCUPADO NA INDÚSTRIA (1985 = 100) – PIM-DG



Fonte: IBGE/IPEADATA.

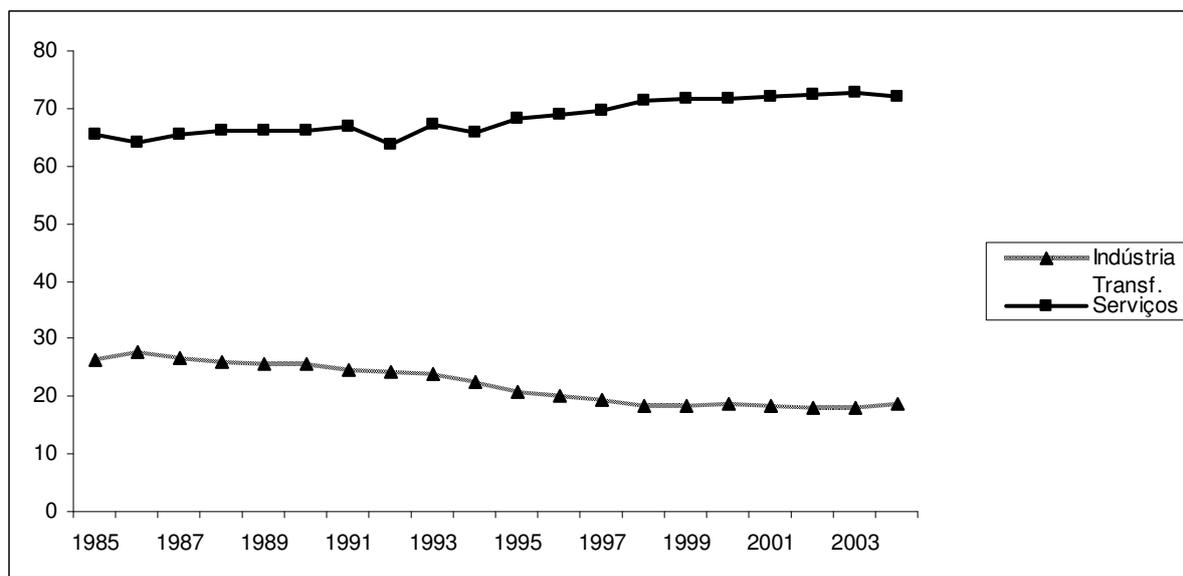
Nota: Série interrompida em junho de 2001.

Finalmente, uma última fonte de dados sobre emprego no presente trabalho são os dados da RAIS/MTE⁸, que, agregados, tem uma boa base desde o ano 1980. De forma mais desagregada, os dados são bons apenas depois de 1992, quando foi adotada a metodologia internacional. Como o interesse aqui é apenas a participação da indústria, em especial, da indústria de transformação no emprego total, é suficiente usar a base mais agregada.

Analisando-se os dados da participação do emprego da indústria de transformação no emprego total, cabe observar que o ano de 1986 é o ano de inflexão, no qual essa participação chega a 27 %. Nos anos subsequentes a tendência é de um declínio constante até o ano de 2000, caindo sua participação para 18,6 % do emprego formal total. Isto representa uma perda de 9,07 pontos percentuais na participação da indústria de transformação no emprego formal total entre 1986 e 2000. Já no sub-período 2000-2004, há um aumento de apenas 0.3 pontos, alcançando o valor de 18,9%.

⁸ Os dados da RAIS/MTE referem-se apenas ao emprego formal.

GRÁFICO 5. PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO E SERVIÇOS NO EMPREGO FORMAL TOTAL DA ECONOMIA BRASILEIRA, EM % NO PERÍODO 1985-2004



Fonte: RAIS vários anos.

A evolução da participação da indústria na economia sugere que há de fato um processo de desindustrialização iniciado na metade dos anos oitenta do século passado. Mas é esse um fenômeno negativo para a economia brasileira? Não se deve esquecer que a desindustrialização é um fenômeno praticamente universal. Por que razão ela seria preocupante no Brasil, assim como em outras economias latino-americanas?

Conforme discutido anteriormente, a literatura demonstra que o processo caracterizado como desindustrialização não é um problema em si, uma vez que se trata de um fenômeno observado em diversos, resultado natural dos ganhos de produtividade na indústria. Nesse caso, a preocupação seria de que, no Brasil e em outros países da América Latina, esse fenômeno estaria ocorrendo precocemente se comparado aos países ricos, pois no momento em que eles passaram por um processo semelhante, mantinham um nível de renda per capita bem mais elevado, conforme demonstram os resultados apresentados por UNCTAD (2003) e PALMA (2005).

A debilidade da indústria brasileira tem em parte uma base tecnológica. Há diversos trabalhos que oferecem evidências sobre a importância do hiato tecnológico na indústria do Brasil e de outros países da região com relação aos Estados Unidos (ver por exemplo Holland e Porcile (2005), e Kupfer e Rocha (2005)). Embora esse hiato não é algo novo, ele se ampliou a partir dos anos oitenta, quando o coeficiente de investimento caiu fortemente no

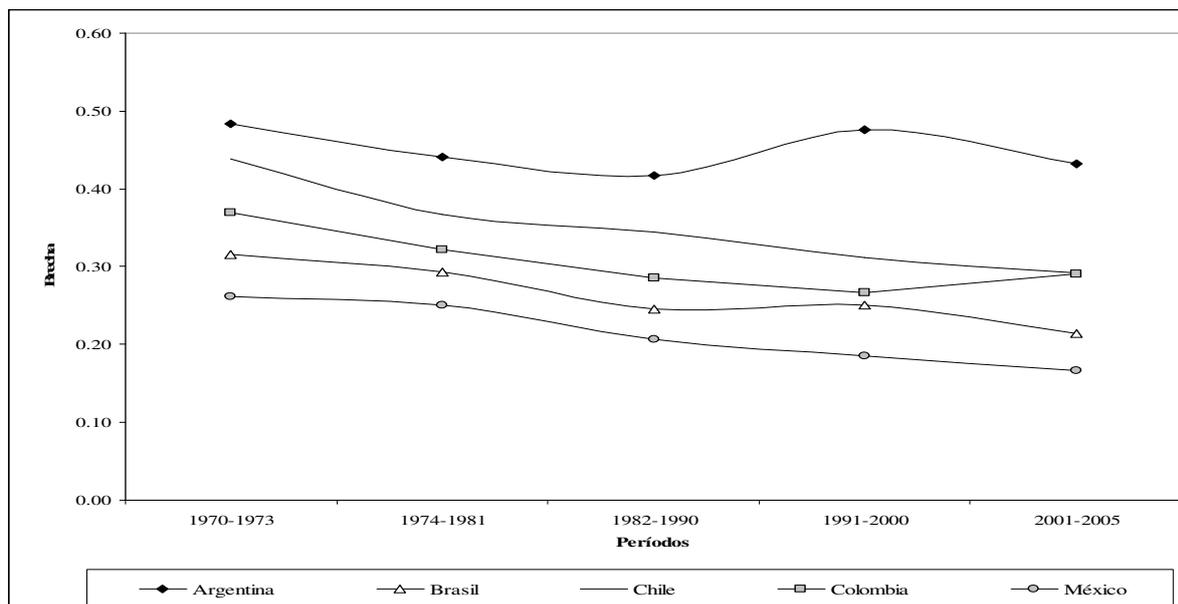
Brasil, no mesmo momento em que no resto do mundo se acelerava a taxa de progresso técnico. Uma outra variável chave, que teve uma influência muito grande na segunda metade dos noventa e em anos recentes, é a performance da taxa de câmbio, como ressaltado por Mendonça de Barros (2006) e Naka no (2005). A combinação de alta taxa de juros com baixa taxa de câmbio afetou significativamente a competitividade industrial do Brasil, comprometendo a possibilidade de explorar plenamente os estímulos favoráveis derivados da estabilidade⁹.

Em que medida esse fenômeno é apenas transitório, ou, inversamente, há riscos no longo prazo do ponto de vista do crescimento e da absorção de tecnologia? Embora não seja possível dar uma resposta definitiva a essa pergunta, é sim necessário olhar com atenção à evolução da participação e composição do produto industrial. Em particular, para diversos economistas a indústria desempenha um papel estratégico no sentido de gerar externalidades, efeitos de aprendizado e de difusão de tecnologia para outros setores da economia (PALMA, 2005; UNCTAD, 2005; ROS, 2000, cap. 7). Nicholas Kaldor é o autor que, de forma paradigmática, enfatizou esse ponto, afirmando que o crescimento da produtividade e do produto dependia diretamente do processo de expansão do setor industrial. Atualmente, os economistas são mais específicos e identificam setores com essa capacidade no interior da indústria. Admite-se que não é toda a indústria que produz externalidades e aprendizado, mas principalmente alguns setores intensivos em tecnologia (PENEDER, 2000; NARULA, 2003).

O Gráfico 6 mostra uma queda da produtividade do trabalho na indústria manufatureira brasileira em relação à produtividade dos Estados Unidos. Isso dificilmente pode ser interpretado como um processo virtuoso de especialização. Pelo contrário, ela indica a persistência da defasagem tecnológica ao longo do tempo, que não é revertida de forma espontânea. Processos cumulativos como os previstos por Brian Arthur parecem estar atuando neste caso.

⁹ A competitividade de muitas indústrias cujos níveis de produtividade estão próximos ou são inferiores aos dos concorrentes internacionais pode sofrer pela valorização cambial, enquanto que aqueles cujas vantagens dependem de recursos naturais resistem melhor a essa mudança. Ela pode ter conseqüências de longo prazo. Conquistar um mercado é um processo difícil e demorado, e quando um mercado se perde, não é comum voltar a ele com facilidade. Esse fenômeno é chamado pelos economistas de “histerese”. O termo vem da Física e designa uma situação na qual um corpo deformado por uma força não recupera sua forma original quando aquela força se retira. Surge assim, uma estrutura pouco competitiva e sujeita a um grau alto de inércia. Quando a oferta de dólares se reduz, ou quando a boa sorte nos mercados externos acaba (no que Diaz-Alejandro chamou a “loteria das commodities”), torna-se novamente chave aquela base de conhecimentos, aquelas capacidades tecnológicas e aquela presença em mercados diversificados que se perderam na fase anterior.

GRÁFICO 6. PRODUTIVIDADE DO TRABALHO NA INDÚSTRIA MANUFATUREIRA EM RELAÇÃO À DOS EUA (EM %).



Fonte: Programa de Análise da Dinâmica Industrial (PADI), CEPAL.

FERREIRA *et al* (2006), apresentam resultados semelhantes quanto à produtividade total dos fatores, no que se refere à perda de produtividade brasileira relativa aos EUA, com destaque para o período dos anos 1980. BACHA & BONELLI (2001) também apresentam indícios de perda de produtividade na indústria durante a década de 1980, período em que se observa o início do processo da perda de participação da indústria no valor adicionado e na composição ocupacional. Apesar da melhoria nos ganhos de produtividade na década de 1990, estes parecem não persistir no início do século XXI no Brasil, como constatado por FERREIRA *et al* (2006), NASSIF (2006, p. 14). O gráfico 6 mostra a evolução da produtividade do trabalho no setor manufatureiro entre 1970-2005. Observa-se claramente a tendência de aumento do hiato ao longo do período (a pesar de que há flutuações importantes)¹⁰.

Outro aspecto que deve ser levado em consideração diz respeito aos tipos de empregos que são gerados em outros setores, especialmente no setor terciário, onde o emprego cresce. Na América Latina, por exemplo, há um forte crescimento dos empregos informais, de baixa qualificação e produtividade, que alimentam a chamada “heterogeneidade estrutural”. O emprego informal urbano era de aproximadamente 30% em 1980 e passou para

¹⁰ Para maiores detalhes com relação ao comportamento destas variáveis, ver anexo.

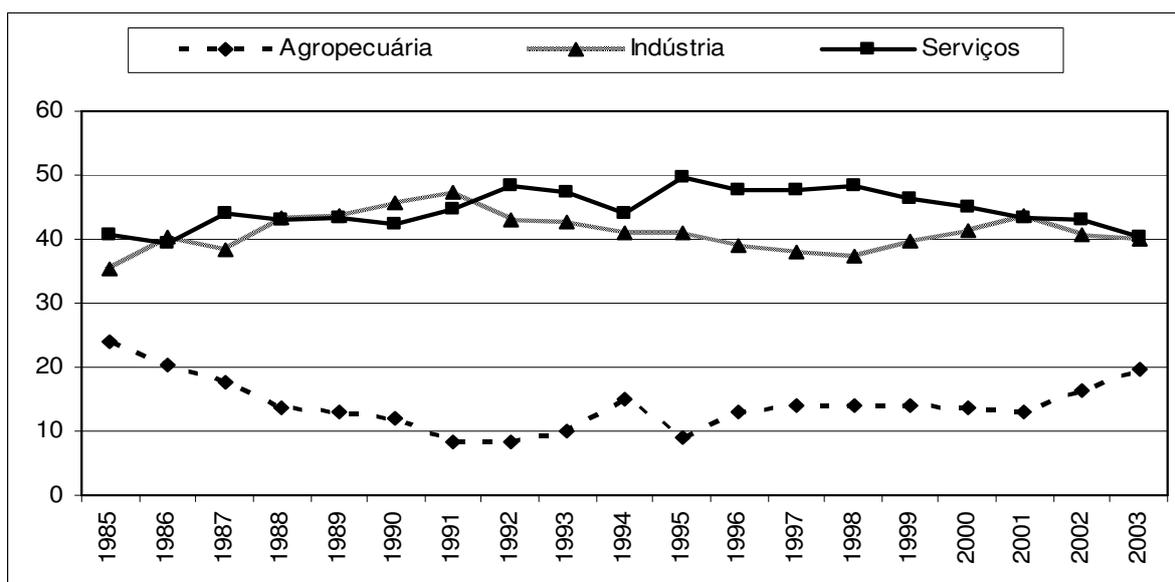
48% em 1999, com níveis de produtividade correspondentes à quinta parte da produtividade do setor formal (CIMOLI *et al.*, 2005, p. 26).

Em resumo, a evidência internacional sugere que o tipo de estrutura produtiva importa e que a desindustrialização, na medida em que representa a perda de capacidades tecnológicas e de setores que produzem externalidades, pode ter conseqüências negativas para o crescimento no longo prazo. A indústria perde empregos, enquanto aumenta a participação no emprego dos setores de baixa produtividade e de informalidade. Sem dúvida, a evidência apresentada não é uma prova rigorosa da existência de tal relação, mas sim, aponta para certos fatos estilizados entre indústria, tecnologia e produtividade que não deveriam ser negligenciados.

3 – O caso do Paraná

Comparando com o Brasil, a economia do estado do Paraná é peculiar, pois ainda mantém uma importante participação da atividade agrícola tanto no valor adicionado da produção quanto na composição do emprego. O Gráfico 7 apresenta a participação das três classes de atividades (agropecuária, indústria e serviços) no valor adicionado do estado paranaense, entre 1985 e 2003.

GRÁFICO 7. PARTICIPAÇÃO DAS CLASSES DE ATIVIDADES NO VALOR ADICIONADO, A PREÇOS BÁSICOS NO PARANÁ – 1985-2003.

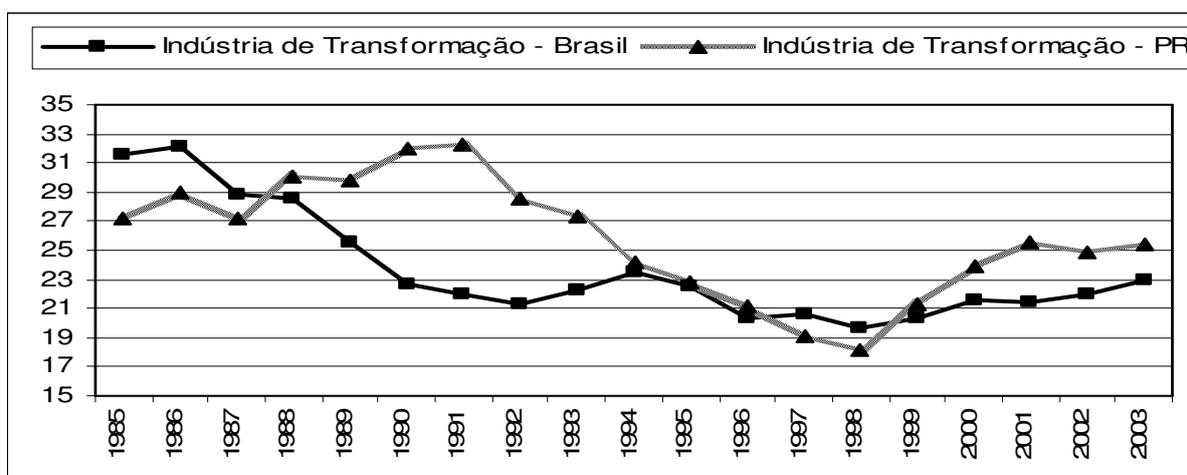


Fonte: IBGE/IPARDES: Contas Regionais do Brasil, disponível em www.ipardes.gov.br

Observa-se, com base no Gráfico 7, que a principal mudança fica por conta da perda da representatividade relativa da agropecuária durante a segunda metade da década de 80, com uma inversão a partir de 1995 e uma queda da indústria¹¹ no início dos anos 90, tendo uma retomada a partir do final da década. A elevação da participação da agropecuária deixou o Paraná em uma posição preponderantemente agrícola, quando comparado com o Brasil, pois neste a participação da agropecuária permanece ao redor de 10% desde o final dos anos 60 (Gráfico 1). A participação da indústria também é relevante no estado. Ela ficou muito próxima da participação do setor de serviços entre 1985 e 2003.

O Gráfico 8 apresenta a participação da indústria de transformação no PIB do Paraná e do Brasil. Chama a atenção o fato de que teria ocorrido uma queda bastante expressiva deste segmento a partir de 1990, principalmente no estado paranaense. Seria este desempenho, fruto de um processo de desindustrialização?

GRÁFICO 8. PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO VALOR ADICIONADO, BRASIL E PARANÁ – 1985-2003



Fonte: IBGE/IPARDES: Contas Regionais do Brasil, disponível em www.ipardes.gov.br; Feijó et al (2005)

É importante lembrar que, ao longo da década de 1990, o Brasil passou por dois importantes processos, os quais implicam em conseqüências diretas à indústria, sendo eles:

¹¹ Cabe ressaltar que houve uma importante mudança estrutural na indústria dos Estado, a qual, conforme pesquisa do IPARDES (2002), resultou no declínio tendencial de atividades tradicionais no Estado, como beneficiamento e desdobramento da madeira, concomitante a inserção de indústrias de maior conteúdo tecnológico. Contudo, este artigo não pretende avançar nesta discussão, recomendando a leitura do documento acima mencionado para os interessados a respeito desse tema.

abertura comercial e, na segunda metade da década, elevadas taxas de juros combinadas com controle da taxa de câmbio, a qual manteve-se valorizada até meados de 1999¹², além de uma nova onda de valorização a partir de 2004. Pelo Gráfico 8, esses dois elementos parecem ter sido relevantes para a perda de participação da indústria de transformação nas duas esferas analisadas.

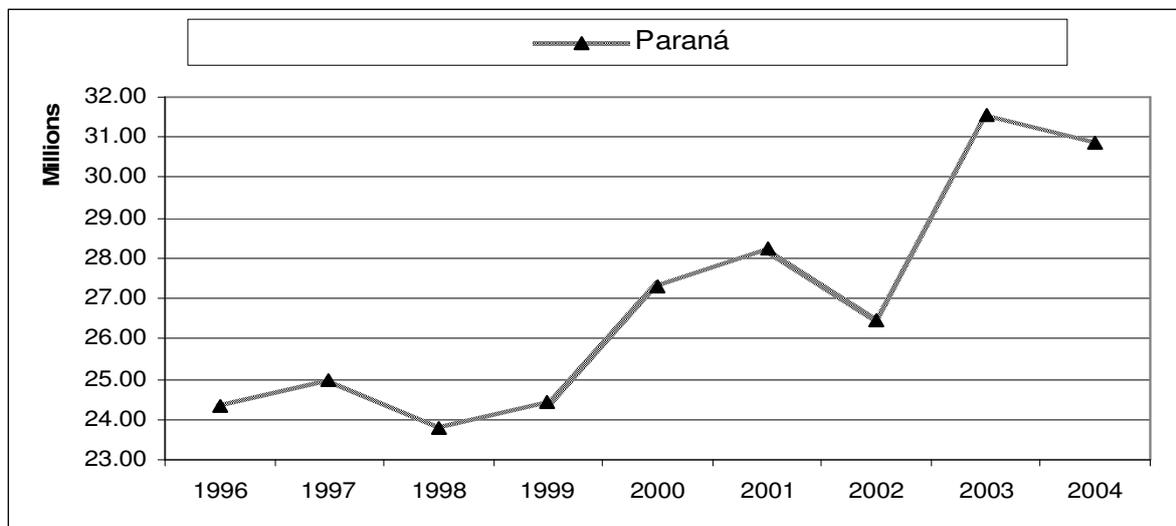
Neste caso, nota-se que, a partir de 1999, a indústria de transformação volta a ter um aumento na participação do PIB tanto no Paraná quanto no Brasil, sendo esse período caracterizado pela adoção de um regime de câmbio flexível. No caso paranaense, o período pós 1998 também é acompanhado de uma retração da agricultura, o que, junto a um aumento da própria indústria de transformação, explicaria a retomada deste segmento na participação do PIB. Observa-se, com base no Gráfico 8, que apesar da indústria de transformação paranaense ter passado por uma perda de sua relevância em termos relativo, com início na década de 90, esta é retomada a partir de 1999, voltando a ter uma representatividade de 25,5% em 2003, contra 27,2% em 1985, o que seria uma variação pouco expressiva para caracterizar um fenômeno de desindustrialização.

Contudo, a participação relativa não permite analisar se a indústria teve, necessariamente, um bom desempenho ou não. Desse modo, é adequado analisar o desempenho do valor da transformação industrial em termos reais¹³, que pode ser visualizado no Gráfico 10. Nele, podemos ver o aumento expressivo do valor da transformação industrial no Paraná, em termos reais, a partir de 1999, desempenho este que contou com uma participação importante do aumento da produção de derivados de petróleo, produtos químicos, produtos de madeira e da indústria automobilística.

¹² Moraes (2006, p. 89) apresenta fortes indícios da existência de uma relação entre o desempenho da produção industrial do Paraná e a taxa real de câmbio.

¹³ O Gráfico 10 apresenta os dados da Pesquisa Industrial Anual – PIA, somente a partir de 1996, em função de mudanças metodológicas ocorridas nas pesquisas anteriores.

GRÁFICO 9. VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL – PARANÁ – 1996-2004 (R\$ CONSTANTES DE 2004)



Fonte: PIA (2006)

Visto que não houve uma perda significativa da indústria de transformação no valor adicionado paranaense, a qual apresenta um desempenho positivo a partir do final da década de 1990, é também importante analisar a participação do setor na composição ocupacional. Neste caso, serão utilizados os dados da Relação Anual de Informação Social – RAIS e da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar – PNAD¹⁴.

Através das informações disponíveis na RAIS, apresentadas na Tabela 1, observa-se que, apesar de uma leve queda no emprego formal da indústria de 29%, em 1985, para 27,7%, em 2004, a participação percentual da indústria de transformação no emprego formal teve um incremento, passando de 21,5% para 23,8%, respectivamente. Quando se compara com os dados do Gráfico 5, pode-se ver que a porcentagem de pessoas ocupadas na indústria de transformação no Brasil passa de aproximadamente 25%, em 1985, para menos de 20%, em 2004. Assim, a situação nas duas esferas de análise praticamente se inverteu no período analisado.

Um dos motivos para tal fenômeno pode ser que, enquanto o Brasil passou por um processo de desindustrialização precoce devido às políticas macroeconômicas adotadas, o

¹⁴ Analisar o comportamento da participação da indústria de transformação na composição ocupacional com base nos dados da PNAD e da RAIS é interessante, uma vez que a primeira capta um comportamento mais amplo, por amostragem, incluindo a atividade informal, enquanto a RAIS apresenta uma amostra mais completa do emprego formal.

Paraná conseguiu reverter esse processo pelas políticas de incentivo fiscal oferecidas às empresas que se instalaram no estado, além da possibilidade deste se encontrar em um estágio do processo de desenvolvimento de sua estrutura produtiva diferente do país.

Cabe ainda ressaltar que, no Paraná, a ocupação formal na indústria de transformação aumentou 105%, enquanto que a ocupação formal total sofreu uma elevação de 85%, entre 1985 e 2004.

TABELA 1. PESSOAS OCUPADAS SEGUNDO OS GRUPOS DE ATIVIDADE – PARANÁ – 1985; 1990; 1995; 2000 E 2004

<i>Atividades</i>	1985	<i>(%)</i>	1990	<i>(%)</i>	1995	<i>(%)</i>	2000	<i>(%)</i>	2004	<i>(%)</i>
Agricultura*	26.145	2,4	26.899	2,2	77.221	5,3	85.616	5,2	93.162	4,6
Indústria	317.899	29,0	359.241	29,9	388.737	26,7	439.216	26,6	562.670	27,7
Ind. Transf.	235.514	21,5	268.078	22,3	301.124	20,7	353.881	21,4	483.432	23,8
Outras Ind.	82.385	7,5	91.163	7,6	87.613	6,0	85.335	5,2	79.238	3,9
Serviços	753.617	68,7	813.647	67,8	987.932	68,0	1.128.541	68,3	1.376.938	67,7
Total	1.097.661	100	1.199.787	100	1.453.890	100	1.653.373	100	2.032.770	100

Fonte: Elaborada própria com base na RAIS/MTE (1985; 1990; 2000; 2004)

Com relação aos dados da PNAD¹⁵ (Tabela 2), analisando o período entre 1992 e 2004, observa-se que houve um aumento da participação da indústria de transformação no total de ocupados no Paraná, saindo de 11%, em 1992, para aproximadamente 15%, em 2004. Entretanto, é forte a evidência da menor participação do setor agrícola, que representava em torno de 36% da mão-de-obra ocupada, em 1992, passando a representar 21%, em 2004. Essa queda expressiva da participação da mão-de-obra do setor agrícola sinaliza a mudança na estrutura produtiva pela qual o estado passou ao longo da década de 90.

TABELA 2. PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, OCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA, SEGUNDO OS GRUPAMENTOS DE ATIVIDADE DO TRABALHO PRINCIPAL – PARANÁ

<i>Atividades</i>	1992	<i>%</i>	1995	<i>%</i>	1999	<i>%</i>	2001	<i>%</i>	2004	<i>%</i>
Agrícola	1.469.812	36,1	1.344.300	31,3	1.217.223	25,2	1.141.833	24,3	1.094.303	20,8
Indústria	741.404	18,2	826.439	19,3	969.779	20,1	931.189	19,9	1.133.428	21,6
Ind. de Transf.	454.018	11,2	507.701	11,8	583.491	12,1	576.177	12,3	786.716	15,0
Outras Ind.	287.386	7,1	318.738	7,4	386.288	8,0	355.012	7,6	346.712	6,6
Serviços	1.860.018	45,7	2.120.578	49,4	2.639.504	54,7	2.616.957	55,8	3.021.233	57,6
Total	4.071.234	100	4.291.317	100	4.826.506	100	4.689.979	100	5.248.964	100

Fonte: Elaborada própria com base em IBGE / PNAD (1992; 1995; 1999; 2001 e 2004)

¹⁵ As informações referentes à PNAD são a partir de 1992 em função de mudanças da metodologia.

Seria interessante trabalhar uma série história mais longa para identificar se este aumento da participação da indústria de transformação no Paraná seria resultado de uma recuperação do emprego industrial, mas há fortes indícios de que seja resultado da ampliação da relevância da indústria ocorrida na segunda metade da década de 1990. Neste caso, ainda estaríamos seguindo um processo de industrialização crescente no Paraná, sob uma nova dinâmica que se instaurou a partir da segunda metade da década de 90¹⁶, com destaque para a consolidação de uma aglomeração produtiva da indústria automobilística e a ampliação da produção dos derivados de petróleo, por parte da Refinaria Presidente Getúlio Vargas, da Petrobrás, ambos no entorno na Região Metropolitana de Curitiba. Também se destaca a ampliação de atividades já tradicionais, como a confecção de artigos do vestuário, fabricação de produtos de madeira e móveis, como importante absorvedoras de mão-de-obra no interior do Estado.

Considerando as quatro atividades mais representativas no valor da produção (Fabricação de produtos alimentícios e bebidas; Fabricação de coque, refino de petróleo e produção de álcool; Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias; Fabricação de produtos químicos) representam aproximadamente 55% do valor da produção (de acordo com os dados da PIA, em 2004, com um aumento de 10 pontos percentuais a partir de 1996) e geram aproximadamente 36% do emprego, tendo aumentando sua participação em 3 pontos percentuais, a partir de 1996.

Com relação ao número de vínculos empregatícios destacam-se ainda a fabricação de produtos de madeira; confecção de artigos do vestuário e acessórios; fabricação de móveis e indústrias diversas, atividades que junto às outras quatro atividades destacadas anteriormente, representavam em 2004, 65% dos vínculos formais de emprego na indústria de transformação.

Contudo, frente à mudança recente da estrutura produtiva, que ainda mantém na atividade agrícola uma importante representatividade, os dados relativos à composição ocupacional sugerem que o estado paranaense não estaria passando por um processo de desindustrialização caracterizado pela dispensa de mão-de-obra industrial para o setor de serviços ou pela perda de participação relativa no PIB, mas sim uma expansão de algumas

¹⁶ Maiores detalhes a respeito deste processo, ver LOURENÇO (1995a; 1995b) e IPARDES (2002)

atividades representativas da indústria de transformação, caracterizando um processo de industrialização recente.

Entretanto, nos deparamos com um fenômeno importante quanto à queda do emprego na atividade agrícola, seguida do aumento na indústria e no setor de serviços, sendo absorvida principalmente por este. Assim, caberia uma investigação mais aprofundada com relação a que tipo de serviços estaria tendo maior representatividade, uma vez que estão englobado neste mesmo contexto atividades bastante heterogêneas como, por exemplo, a indústria de *software* e o comércio ambulante.

4 – Comentários finais

Considerando a definição de que desindustrialização é uma tendência de longo prazo de redução da participação da indústria de transformação no PIB/Valor Adicionado e no emprego total, pode-se dizer que o Brasil sofre um processo de desindustrialização desde a segunda metade dos anos oitenta.

Contudo, do ponto de vista do bem-estar, o importante é definir a natureza desse processo. Neste caso, os indicadores de produtividade não apresentam indícios de que a tendência anterior seja a consequência natural do dinamismo industrial, assim como ocorrido nos países desenvolvidos, uma vez que, no Brasil, o início do processo é marcado pela estagnação econômica e queda da produtividade. Isso foi agravado pela condução de política macroeconômica, que tendeu a deprimir a competitividade industrial ao longo do período, comprometendo a capacidade do setor de ingressar em mercados mais competitivos e exigentes.

No entanto, no caso paranaense, a análise sugere que este setor apresentou uma queda da importância relativa com relação ao início da década de 1990, devido à mudança da sua estrutura produtiva, resultado de dois fenômenos importantes: 1) a recuperação dessa participação a partir de 1999; 2) o aumento deste setor na composição ocupacional, de acordo com os dados da PNAD e RAIS. Dessa forma, os resultados do Paraná não convergem com os constatados em nível nacional, o que pode ser parcialmente explicado por um processo de desconcentração industrial ocorrido no Brasil, ao longo dos anos 90, favorecendo o Paraná. Neste caso, a política de incentivos fiscais se mostrou como um dos motivos importantes do maior dinamismo industrial paranaense, embora não se discute aqui relação custo/benefício dessa política. No entanto, é provável que o processo de industrialização no Paraná teria sido mais vigoroso caso as políticas macroeconômicas fossem mais favoráveis.

Este breve artigo não pretende provar rigorosamente que as tendências observadas na indústria são negativas para o crescimento de longo prazo do Brasil e do Paraná. Porém, existe uma literatura bastante ampla sugerindo que a indústria e, especialmente, certos setores da indústria mais intensivos em tecnologia, são chaves para sustentar o aprendizado tecnológico de longo prazo. Outra dimensão chave é onde são absorvidos os trabalhadores que a indústria dispensa. As evidências disponíveis sugerem que em ambos os casos não há um processo virtuoso de mudança estrutural no Brasil. Por essa razão, as tendências

identificadas deveriam ser monitoradas com cuidado e justificam a atenção que o tema vem recebendo entre acadêmicos, empresários e formuladores de políticas.

5 – Referências Bibliográficas

ARTHUR, B. *Increasing Returns and Path-Dependence in the Economy*. Michigan University Press, 1994.

BACHA & BONELLI. Crescimento e produtividade no Brasil: o que nos diz o registro de longo prazo. Seminário BNDES, (2001) – (confirmar referência)

BRESSER-PEREIRA, L.C.; NAKANO, Y. Crescimento econômico com poupança externa? *Revista De Economia Política*, v. 23, n. 2: 3-27, 2003.

CIMOLI, M.; PORCILE, G.; PRIMI, A.; VERGARA, S. Cambio Estructural, Heterogeneidad Productiva y Tecnologia em América Latina, in CIMOLI, M. (ed) *Heterogeneidad Estructural, Asimetrías Tecnológicas y Crecimiento em América Latina*. Santiago de Chile: CEPAL-BID, 2005.

FEIJÓ, C. A.; CARVALHO, P.G.M; ALMEIDA, J.S.G. Ocorreu uma desindustrialização no Brasil? *Texto de Discussão - Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial*, 2005. Disponível em www.iedi.org.br, em 10 de junho de 2006.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (FIERGS). O Brasil está diante de um processo de desindustrialização? *Estudos técnicos – unidade de estudos econômicos*, 2006.

FERREIRA, P. C., PESSÔA, S.A. & VELOSO. The evolution of TFP in Latin American. *Ensaio Econômico*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas – EPGE, 2006.

HOLLAND, M. e PORCILE, G. “Brecha Tecnológica y Crecimiento em América Latina” in CIMOLI, M. (ed) *Heterogeneidad Estructural, Asimetrías Tecnológicas y Crecimiento em América Latina*. Santiago de Chile: CEPAL-BID, 2005.

IBGE. Estatísticas históricas do Brasil. 2ª edição. IBGE Rio de Janeiro, 1990.

IPARDES. Crescimento, reestruturação e competitividade industrial no Paraná – 1985-2000. *Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social*. Curitiba: IPARDES, 2002.

KUPFER, D. e ROCHA, F. “Productividad y Heterogeneidad Estructural em la Industria Brasileña”, in CIMOLI, M. (ed) *Heterogeneidad Estructural, Asimetrías Tecnológicas y Crecimiento em América Latina*. Santiago de Chile: CEPAL-BID, 2005.

LOURENÇO, G.M. A desconcentração industrial e o Paraná. In: *Análise Conjuntural*. Curitiba: IPARDES, v. 27, n. 5-6: 17-18, 2005.

LOURENÇO, G.M. (2005b) Economia paranaense: rótulos históricos e encaixe recente na dinâmica brasileira. In: *Análise Conjuntural*. Curitiba: IPARDES, v. 27, n. 11-12: 8-14, 2005b.

MENDONÇA DE BARROS, L.C. A doença chama-se hemocromatose. *Folha de São Paulo*. 11/08/2006. 2006.

MORAES, G.I. Economia Paranaense: Sobre juros, câmbio e outros problemas. In: *Economia & Tecnologia*, ano 2, v. 4: 87-92, 2006.

NAKANO, Y. Crescimento Econômico. *O Estado de São Paulo*. 20/09/2005, 2005.

NARULA, R. Understanding Absorptive Capacities in an Innovation Systems Context: Consequences for Economic and Employment Growth. *DRUID Working Paper* n. 04-02, 2003.

NASSIF, A. Há evidências de desindustrialização no Brasil? *Texto para Discussão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social* (BNDES), 108, 2006.

PALMA G. Quatro fontes de desindustrialização e um novo conceito de Doença Holandesa. Trabalho apresentado na Conferência de Industrialização, Desindustrialização e Desenvolvimento, FIESP e IEDI, 2005.

PENEDER, M. Tracing Empirical Trails of Schumpeterian Development. *Papers on Economics and Evolution*, Max Planck Institute for Research in Economic Systems, Viena, 2002.

PORCILE, G.; BAHRY, T. Os ciclos de endividamento na economia brasileira no período 1968-1999. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1: 5-34, 2004.

PORCILE, G.; CURADO, M. Rigidez na Balança Comercial e Movimentos de Capital: Uma Abordagem Estruturalista. *Revista Brasileira de Economia*, vol. 56, n. 03: 483-495, 2002.

ROWHTORN R.,; RAMASWAMY. R. Deindustrialization Causes and Implications". *International Monetary Fund Working Paper* n. 42, 1997.

ROWTHORN. R.; RAMASWAMY, R. Growth, Trade, and Deindustrialization. *International Monetary Fund (IMF) Staff Papers*, vol. 46, n. 1: 18-41, 1999.

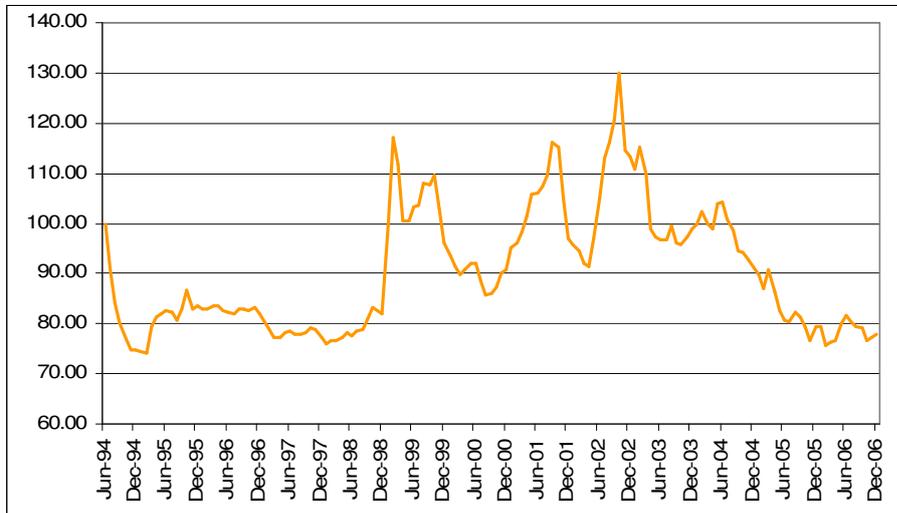
SCATOLIN, F.D.; PORCILE, G.M.; CASTRO, F.J.G. Desindustrialização? *Boletim Economia & Tecnologia*. Publicação do Centro de Pesquisas Econômicas (CEPEC) da Universidade Federal do Paraná, ano 2, vol. 5: 5-15, 2006.

UNCTAD. Trade Liberalization and Economic Growth in Developing Countries: Structural Change or Deindustrialization? *UNCTAD Discussion Paper*, n. 179, 2005.

UNCTAD. *Trade and Development Report, 2003*. Disponível em www.unctad.org, em 10 de junho de 2006.

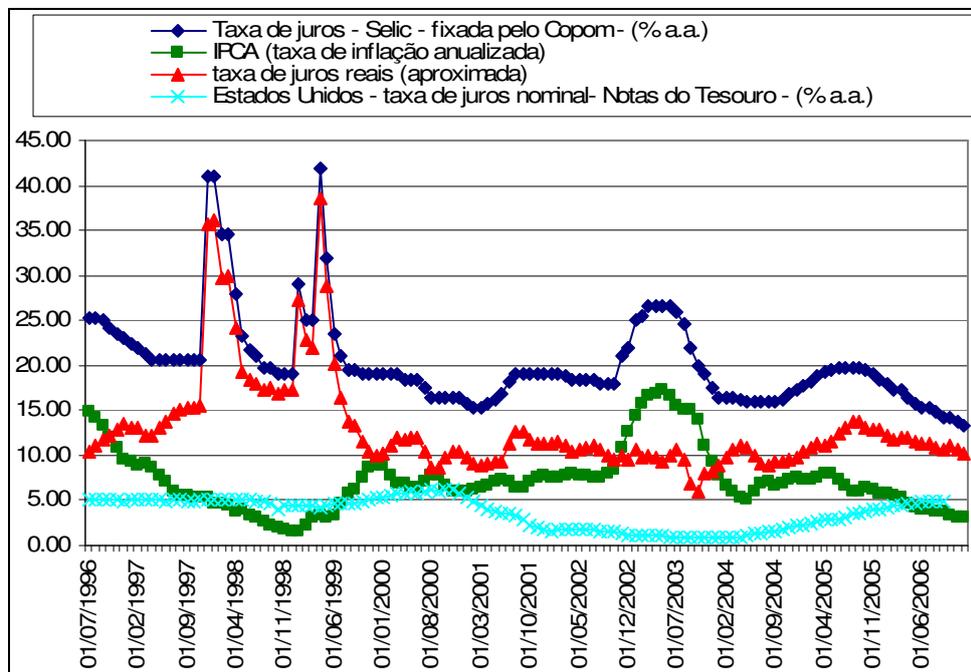
ANEXO

Gráfico A – Índice da taxa de câmbio real efetiva (IPA-DI) – jun /1994 = 100



Fonte: Banco Central do Brasil (2006)

Gráfico B – Taxa Real de Juros



Fonte: IPEADATA (2006)